

# **POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS, SUAS INFLUÊNCIAS NA SEGURANÇA PÚBLICA.**

## **EDUCATIONAL AND SOCIAL PUBLIC POLICIES, ITS INFLUENCES IN PUBLIC SECURITY.**

SANTOS, Raphael Ivo de Oliveira.<sup>1</sup>

REIS, Rosimar Pereira dos.<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo discutirá, em sua primeira seção, os modelos de educação adotados nos países desenvolvidos, por meio de pesquisas e artigos no referido campo. A segunda seção tratará dos modelos educacionais adotados no Brasil, principalmente em Goiás, nos últimos anos. A terceira parte será uma discussão acerca da criminalidade violenta como problema social no Brasil, por meio da demonstração e localização de sua dimensão no estado de Goiás. Finalmente, a quarta parte, discutirá como o modelo educacional e as políticas públicas voltadas para educação interferem na criminalidade violenta.

**Palavras chaves:** Brasil. Criminalidade. Educação. Violência.

**ABSTRACT:** This article will discuss, in its first section, the models of education adopted in developed countries, through research and articles in the field. The second section will deal with the educational models adopted in Brazil, especially in Goiás, in recent years. The third part will be a discussion about violent crime as a social problem in Brazil, through the demonstration and location of its size in the state of Goiás. Finally, the fourth part will discuss how the educational model and the public policies focused on education interfere in violent crime.

**Keywords:** Brazil. Crime. Education. Violence.

## **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup>Aluno do curso Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública, Turma CFP Senador Canedo, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, raphaelivo71@gmail.com.

<sup>2</sup>Professor orientador: Mestre, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, rosimaroficial@gmail.com, Senador Canedo – GO, Maio de 2018.

Segurança pública engloba a ordem pública ao aspecto social. Neste aspecto, a criminologia procura desenvolver o estudo da criminalidade, diretamente relacionada com as políticas públicas, referenciando a sensação de insegurança em que a sociedade e a instabilidade pela qual esta é permeada. O crescimento desta criminalidade no Brasil se deve a visão ultrapassada sobre os criminosos que permeiam a sociedade, ou seja, faz-se necessário uma mudança radical na análise dos fatores ligados a perturbação da ordem, ou seja, pensar o que causa, bem como, onde está o fator de mudança para esse índice tão gritante no país hoje.

No funcionamento da convivência social, o crime se faz parte inerente, onde a criminalidade e a violência são vistas como fenômenos históricos, que permeiam a sociedade desde sempre, porém, a criminologia não pode se reduzir somente apenas a aspectos individuais de cada criminoso, e sem englobar todos os aspectos inerentes a sociedade. Suas investigações e análises devem englobar as políticas públicas como um todo, identificando as causas de fracasso das mesmas na sociedade atual.

A problematização deste tema tem ênfase na predominância da sensação de insegurança em toda a população brasileira, alimentada por vários fatores, como visibilidade dos crimes, comportamento elitista da sociedade, distanciamento do direito a educação aos jovens, entre outros. O que interfere intensamente na propagação das condições de insegurança, tanto no âmbito nacional como estadual.

Pensar na relação entre homem e sociedade, é pensar na busca incansável do mesmo pela qualidade de vida, e para nortear tal análise faz-se necessário estabelecer parâmetros para tal análise, onde o objetivo geral é o de relacionar políticas públicas educacionais e sociais com a segurança pública, ou seja, entender os parâmetros que permeiam o fracasso que tais políticas enfrentam, causando aumento na criminalidade.

Para nortear esses parâmetros, têm-se objetivos específicos a esclarecer. Estes objetivos tem a finalidade de ampliar o conhecimento sobre a problemática em que se encontra a segurança pública no país; refletir sobre a interferência da educação sobre a perspectiva social para cada cidadão, bem como, sua eficácia frente à diminuição da criminalidade do país; diagnosticar parte dos problemas que fazem com que jovens acabe por se envolver com a criminalidade e finalmente analisar quais as

funções de cada indivíduo enquanto ser participante de uma sociedade, no tocante a diminuição da criminalidade, ou seja, refletir sobre a prática social na melhoria das políticas públicas.

Pensar que a violência e o controle social são campos diretamente relacionados com a prática das polícias faz com que tais questões ultrapassem os limites de tolerância e respeito, pois, não é obrigação apenas dos agentes policiais a conscientização e a manutenção da ordem na sociedade como um todo. Cada indivíduo tem sua parcela de participação para que a situação esteja no âmbito em que se encontra atualmente.

No tocante a Polícia Militar do Estado de Goiás, o contexto de insegurança permeia toda a sociedade do estado, o que acarreta a necessidade de uma maior proteção social. Com a ajuda da sociedade como um todo, bem como, dos agentes do governo, é possível aumentar a confiança entre os agentes policiais e a sociedade, se for levado em consideração os vários fatores que contribuem para o descrédito em relação à segurança pública. Ou seja, se faz necessário que a população como um todo enxergue que a mudança na realidade criminal do estado, não acontece apenas em âmbito estadual, mas também no nacional, onde a criminalidade deve ser erradicada antes que comece.

Para tanto, a pesquisa aqui desenvolvida será enfatizada em artigos que relacionem a necessidade de melhorar os parâmetros que definem as políticas públicas educacionais e sociais, com ênfase maior na necessidade de melhoria da educação no país, ou seja, repensar a prática da mesma enquanto formadora de indivíduos participantes de uma sociedade. A partir da leitura de diversos artigos, atuais ou não, relacionados ao tema, fundamentar uma análise sobre o assunto, podendo assim, especificar parte dos problemas que permeiam e causam a falta de segurança para a sociedade atual. Desta forma, este tem ênfase em uma pesquisa qualitativa. Os textos escolhidos trabalham questões sociais que atualmente contribuem para o aumento da criminalidade em todo o país, bem como, discutem a melhor forma para encontrar soluções plausíveis a cada situação.

A partir de dados coletados em sites de confiança e contidos nos artigos da bibliografia, foi possível observar como o contexto de segurança pública é tratado no Brasil e em outros países, bem como, analisar como estes se utilizam da educação para diminuir o índice da criminalidade e aumentar a quantidade de pessoas que veem

na educação a resposta para o crescimento do país, no caso deste em específico, foi possível relacionar os fatos com o estado de Goiás em específico.

## **1 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **1.1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

A análise de políticas públicas oficial no Brasil é recente. O campo de política pública começou a ganhar discussões nos anos 90, porém, não teve nenhum eixo voltado para a pesquisa, bem como, não foi acompanhada pela criação de cursos voltados a formação de profissionais com o intuito de analisarem tais políticas.

A análise de políticas no Brasil pode ser diferenciada de suas contrapartes nos países onde se originou pela falta de uma atividade profissional claramente definida, treinamento específico ou métodos e técnicas distintos; no entanto, isso não parou de se desenvolver. Com sua composição única, a vasta tradição do Brasil nas ciências sociais e humanas serve de base para a produção de análises orientadas para a tomada de decisões governamentais cada vez mais multidisciplinares. (Vaitsman, Lobato e Andrade, 2013)

Contudo, de forma não oficial, a análise de políticas ocorre no Brasil desde a década de 30, onde profissionais de diferentes formações disciplinares participaram desse processo.

Desde então, a análise das políticas públicas no país tem ganhado uma gama de diversas discussões acerca dos principais envolvidos, ou seja, os que necessitam que haja uma melhoria destas.

### **1.2. FORMAÇÃO DE TÉCNICOS ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

A literatura discursiva sobre o período que compreende a década de 30 destaca este como sendo de esforço para construir o estudo sobre políticas públicas, realizado por profissionais.

Com a modernização da administração no âmbito federal, estes procuravam implementar o estudo sobre as políticas no âmbito estadual, sem que estes usassem critérios pessoais, e sim se apoiassem em estudos científicos, como formação e treinamento oferecidos por universidades conceituadas.

Neste intuito, buscava-se formar um quadro de funcionários em cada estado, onde os profissionais seriam capazes de formular uma formação voltada para fins estatais, que não se configurou como um campo disciplinar único, mas com várias áreas, pois, estas poderiam contribuir de diferentes formas para a formulação e implementação. Neste sentido, Schwartzman, Bomeny e Costa, explicitaram os desafios para a formação em diversas áreas, de forma a preparar alguns para exercer tais funções de forma técnica e direta.

A elite que precisamos formar [...] será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos de atividade humana, com capacidade para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil. (Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000, p. 223)

Esta busca em criar uma base para a implementação de políticas públicas resultou em buscas por metodologias fundamentadas em conhecimento científico, que buscaram esforço na formação de profissionais capazes de contribuir neste processo. Estes se apoiavam em decisões tomadas por diferentes setores de intervenção, oriundos de diversos campos de atuação com diferentes graus de complexidade.

### 1.3. EDUCAÇÃO, UMA FORMA DE MELHORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS.

A educação de qualidade é de fundamental importância para a formação humana e a vida em sociedade, afinal “é no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade” (Immanuel Kant). Em uma análise histórica, é possível observar que países que investiram em seus sistemas educacionais se desenvolveram como potências em tecnologia e alcançaram em seu âmbito interno a “*paz positiva*”.

Segundo Silva (2002 apud Johan Galtung, 1995) A paz negativa é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social.

Exemplo para esse status social, o Japão ao ser arrasado com bombas nucleares durante a segunda guerra mundial e ter seu território devastado, investiu maciçamente em educação, tornando-se uma potência em tecnologia. Dessa forma, apresenta um dos menores índices de criminalidade de acordo com o último relatório

do Índice de Progresso Social (IPS) – Social Progress Imperative -, divulgado em abril de 2014, sendo o sexto país mais seguro do mundo entre 132 nações analisadas pelo IPS, apresentou 92,33 pontos em uma escala de 0 a 100. Nesse quesito, o Canadá também é referência na diminuição da quantidade de crimes:

Em 2015 houve 604 assassinados no Canadá. No Brasil, no mesmo ano, foram quase 60 mil. A polícia registrou 8,9% a menos de crimes ligados ao tráfico de drogas no Canadá, porém houve um aumento de infrações ao código penal de 22%. O Québec registou uma diminuição de 3% de crimes cometidos em 2015. (Veloso, 2017)

A política educacional do Canadá e Japão, é voltada para proporcionar uma educação de ponta e ambos ocupam os primeiros lugares do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), são exemplos de políticas voltadas para melhoria da qualidade educacional, Melhores salários pagos aos professores e processo seletivo rigoroso para a docência. Fato gritante entre Canadá e Brasil se define por causa de os professores serem muito bem pagos em comparação com os padrões internacionais - e o ingresso na profissão é altamente seletivo.

No Brasil temos uma educação pública defasada e ineficiente devido às barreiras políticas, econômicas e culturais:

O caráter utópico de muitas de nossas políticas educacionais, responsável pelo seu fracasso, se deve, em grande parte, ao fato de não terem sido associadas a uma política social de longo alcance e não estarem alicerçadas em uma clara consciência dos obstáculos econômicos, políticos e culturais que precisam ser enfrentados para a construção de um sistema educacional abrangente e de boa qualidade. (GOLDEMBERG, 1993, p. 65)

Entre as barreiras que o Brasil enfrenta estão de forma acentuada presentes a desigualdade na distribuição de renda e imensas deficiências no sistema educacional esses problemas estão fortemente relacionados, pois, não é possível garantir educação adequada às crianças que vivem na miséria e não é possível aumentar substancialmente a renda de adultos sem instrução.

Para Goldemberg (1993), existem duas razões fundamentais para que a “*vontade política*” se manifeste em políticas educacionais que buscam a melhoria geral da educação e especialmente da educação básica, a primeira seria a necessidade de formação para a cidadania, dando ao cidadão instrução que lhe permita participar como eleitor e como usuário dos serviços oferecidos pela sociedade moderna, à segunda é a necessidade de manutenção dos meios de produção que exigem profissionais cada vez mais qualificados, o autor ainda afirma que é de fundamental

importância um sistema de educação básica que atenda ao conjunto da população, pois este se tornou essencial ao desenvolvimento econômico.

Em uma visão geral, Aguiar e Mendes (2014, p 14), definem que o conceito de segurança pública, pode ser observado como um conjunto de ações que envolvem novos mecanismos de gestão policial, com participação abrangente da sociedade, onde estes são os principais agentes cumpridores desta segurança.

segurança pública, como direito fundamental, passa a ser inerente à cidadania, e ambas são indissociáveis. Sem segurança não há como garantir o pleno gozo dos direitos da cidadania e liberdades públicas. (Aguiar e Mendes, 2014, p. 14)

Pensada de forma complexa, bem como tratada de forma mais complexa ainda, a segurança pública é de longe um dos direitos mais importantes do cidadão, enquanto pensado em sociedade. Este tem atualmente a obrigação de repensar novos instrumentos, bem como, mecanismos que liguem à educação com a melhoria desta área. Isto não é uma solução de curto prazo, ou seja, tal solução para os problemas de segurança pública no Brasil se dá como uma renovação no ensino deste país, bem como, em uma valorização destas duas áreas de atuação de melhoria deste setor.

Diagnosticar os problemas recorrentes da área não se configura tarefa fácil, ou seja, é necessário trata-los como complexos e mutáveis. Isso se deve ao fato de que a sociedade está em constante transformação, e com isso, os seres que a compõem é que geram tal transformação com as suas incansáveis mudanças, nos mais diversos momentos da construção de si mesmos.

Os problemas de violência que envolve a criminalidade, o trânsito e demais relacionados que corroboram para a insegurança da população, devem ser dimensionados com um enfoque de muitas causas, ou seja, trata-los como provenientes de várias partes da sociedade e não somente como resultado da educação precária que hoje é apresentada no país. Dessa forma (Santos & Avritzer, 2002) afirmam, que:

A multidisciplinariedade ajuda na identificação e aproximação de conceitos e elementos para uma definição de política de segurança pública, como reação jurídica e social, que tem como fim essencial o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. Auxilia ainda a multidisciplinariedade na prescrição de princípios reitores, assim como os referenciais jurídicos e políticos, a fim de observar uma visão real sobre as funções dos mecanismos de controle formal e informal. Ela ajuda ainda em conviver com a demodiversidade, tida como a coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas, bem como na ampliação do experimentalismo democrático (Santos e Avritzer, 2002, p. 77-78).

Essa interdisciplinaridade se caracteriza por uma interação recíproca entre população, agentes responsáveis pelas seguranças públicas e agentes do governo permeadas por diálogo, onde o intuito seja substituir a concepção fragmentada do assunto, por uma pautada na discussão unitária sobre o mesmo. Neste contexto, não se pode dissociar a educação existente no país, que exige cada vez mais áreas de conhecimento, da obrigação de mudança em determinadas áreas da mesma, onde a sociedade e suas próprias instituições são os operadores das mudanças necessárias para o alcance do êxito.

#### 1.4. CAPITALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Com as constantes crises do sistema capitalista, o mercado de trabalho também tem tido suas doses de desestruturação. Com tal perspectiva, o fator a ser considerado prioritariamente é a reestruturação do mercado de trabalho, que se relaciona de forma estreita com as inovações tecnológicas que eliminam candidatos e aumentam a concorrência entre os mesmos, o que acarreta uma precariedade nas condições de vida da maioria dos trabalhadores.

Dupas (2011) acrescenta que mudanças drásticas estão ocorrendo e,

Em síntese, a radical mudança no paradigma do trabalho torna progressivamente mais flexível o emprego tradicional e faz explodir a informalidade. Como consequência de todos esses fatores, a disparidade de renda está crescendo; e a pobreza, o desemprego e o subemprego estão engrossando a exclusão social. (Dupas, 2011, p. 35)

Constantemente, há estímulo para consumo desenfreado com o intuito de manter a economia, mas que não garante emprego, por causa da constante reestruturação do mercado. Tal fato gera insegurança na população, ou seja, deixa a mesma vulnerável e suscetível a cometer atos infracionais para manter-se dentro da sociedade.

A criminalidade relacionada com a miséria, tem se enraizado na expansão e encarceramento massivo da sociedade adulta, bem como de adolescentes. Esse perfil de sociedade criminalizada é prova concreta que o país tem crescido numericamente a quantidade de pessoas com escolaridade baixa. Assim, são criados estereótipos para exclusão social, oriundos da exclusão social e escolar.

O cenário de exclusão social chama a atenção para junção entre desigualdade educacional e mercado de trabalho, pois, a sociedade atual não oferece perspectiva para trabalho decente aos jovens, principalmente aos que estão entre 16 e 18 anos. Marcuse (1967, p. 26), apresenta a sociedade capitalista como incoerente, pois esta, não oferece meios efetivos para minimizar o sofrimento e a miséria dos jovens. Segundo o autor, o sistema condena uma parte das crianças que nele se mantem, pois, este as deixam vulneráveis, conduzindo-as para a criminalidade, com o intuito de satisfazer seus desejos de consumo, ou até mesmo para suprir suas necessidades mais básicas.

A intensidade, as satisfações e até o caráter das necessidades humanas, acima do nível biológico, sempre foram pré-condicionados. (MARCUSE, 1967, p. 26)

Pela cultura pregada pelo capitalismo, acontece uma doutrinação sobre determinados estilos de vida que devem ser seguidos pela população como um todo, ou seja, determinam hábitos de consumo que as famílias em sua maioria não são capazes de manter, o que é acarretado por fatores diretamente relacionados com a escolaridade defasada, a desestrutura familiar, a falta de recursos financeiros, bem como falta de perspectiva. Tais fatos configuram a vulnerabilidade que afeta uma quantidade considerável de adolescentes.

Com esse pensamento, políticas públicas inclusivas e educacionais se configuram como prioridade para os agentes governamentais, pois representa a referência social com que os indivíduos são inseridos na sociedade. Oliveira e Silva (2009, p. 15) argumentam o seguinte:

Ainda hoje, estar dentro ou fora do sistema escolar é um fator de identidade, respeito e autoestima para os jovens. Ainda que a escola encontre problemas cada vez mais severos para cumprir suas funções nos tempos atuais, ela ainda representa uma forte referência de inclusão/exclusão social. Não há política social que tenha êxito sem que considere a necessidade do fortalecimento do sistema escolar e das condições de acesso e permanência na escola. (Oliveira e Silva, 2009, p. 15)

As questões sociais não devem ser pensadas no âmbito criminal, porém, é necessário considerar que a desigualdade educacional e a precariedade do mercado de trabalho tornam estas questões vulneráveis, principalmente no tocante a jovens e adolescentes. Nesse sentido, o relacionamento entre estes é estreito, porém, devem ser tratados antes de chegar ao âmbito criminal, ou seja, melhorar as políticas públicas básicas com certeza acarretará uma diminuição da criminalização existente na sociedade brasileira hoje.

## 1.5. EDUCAÇÃO PENSADA A NÍVEL MUNDIAL

Com o surgimento gradativo de novos padrões de produtividade, surgidos pelo avanço da tecnologia, a educação tem sido apontada como componente essencial para o desenvolvimento.

Para os países desenvolvidos, já se tornou mais que evidente que o conhecimento adquirido a partir do estudo, desenvolve a capacidade de selecionar informações, a criatividade e a iniciativa, o que enriquece e corrobora para o indivíduo acrescentar novas economias. Desta forma, a educação se torna peça central nas pautas governamentais, bem como, fonte de debates que buscam a reestruturação econômica, bem como a equiparação social dentro de cada nação.

Atualmente tem ocorrido uma nova revolução mundial, onde o processo produtivo de diferentes países tem sido afetado pela falta de mão de obra especializada, ou seja, falta de políticas educacionais que tornem estes mais eficientes e equitativos na preparação de novas cidadanias. Isso tem ocorrido em países mais desenvolvidos.

Em países ainda em desenvolvimento, ocorre o mesmo debate, porém, requer que estes pensem com mais cuidado acerca do assunto, tendo em visto que cada um desses países, concentrados principalmente na América Latina, possui suas próprias peculiaridades, o que acarreta a necessidade de adequar estratégias a sua realidade.

Nestes países, a educação é a principal fonte de discurso, tendo o papel de relacionar com maior ênfase o desenvolvimento com a democracia. Isto, para comprovar que tais fatores podem contribuir com a melhoria da qualidade de vida, consolidando os valores da democracia e contribuindo para o crescimento econômico.

## 1.6. SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Caracterizado como um dos grandes desafios da atualidade no Brasil está à segurança pública. A sensação de insegurança permeia todos os cidadãos que em residem em qualquer cidade que faz parte da nação, tornando-se uma das maiores preocupações da sociedade.

Pensando de forma objetiva, não são necessárias grandes reformas estruturais para a ação da polícia, de modo a torna-la mais eficiente, tendo em vista que a sociedade não suporta atualmente mudanças muito radicais, bem como, muito profundas.

Mudanças tão complexas como revoluções na segurança, não podem ocorrer de modo aleatório, devem sim ser antecipadas por estudos científicos que comprovem sua eficiência, sendo impossível medir anteriormente quais impactos estas causarão na sociedade, ou ainda, impossível definir se estas serão a resolução para os problemas enfrentados pela sociedade.

Ferrajoli (2002) defende que a estruturação em separado das polícias brasileiras garantem mecanismos eficientes que resguardam os direitos fundamentais de cada ser humano que no Brasil reside.

“Na lógica do Estado de direito, as funções de polícia deveriam ser limitadas a apenas três atividades: a atividade investigativa, com respeito aos crimes e aos ilícitos administrativos, a atividade de prevenção de uns ou de outros, e aquelas executivas e auxiliares da jurisdição e da administração. Nenhuma destas atividades deveria comportar o exercício de poderes autônomos sobre as liberdades civis e sobre os outros direitos fundamentais. As diversas atribuições, por fim, deveriam estar destinadas a corpos de polícia separáveis entre eles e organizadas de forma independente não apenas funcional, mas, também, hierárquica e administrativamente dos diversos poderes aos quais auxiliam. Em particular, a polícia judiciária, destinada, à investigação dos crimes e a execução dos provimentos jurisdicionais, deveria ser separada rigidamente dos outros corpos de polícia e dotada, em relação ao Executivo, das mesmas garantias de independência que são asseguradas ao Poder Judiciário do qual deveria, exclusivamente, depender.” (FERRAJOLI, 2012, p. 617)

Neste sentido, para a resolução dos problemas relacionados com a segurança pública, precisa-se de uma mudança no sistema gerencial, que permitiria que os recursos, que já são poucos, fossem devidamente empregados em ações de impacto, onde a eficiência do policiamento seria elevada para níveis elevados, sem aumentar os investimentos que recebem, bem como, sem mudanças legislativas que levariam anos para aprovação, seguindo pela linha de análise do que ocorre no Congresso Nacional.

Para tanto, se torna imprescindível que a população se torne parte determinante dentro do processo de escolha de ações prioritárias de segurança pública. Desta forma, esta deixa de ser mera espectadora, passando a membro ativo, com voz de decisão.

É possível ao seguir este modelo, vislumbrar formas concretas de impacto significativo, sem mudanças legislativas, onde acontece uma maior integração entre polícias e comunidade, apresentando-se ainda como uma forma concreta de resolução.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A segurança pública se apresenta como um direito de todos, bem como, um dever social diante de suas várias vertentes. Sua efetivação e aperfeiçoamento dependem da participação da população como um todo, onde a cooperação e colaboração são responsabilidade geral, onde acontece o pleno exercício da cidadania. Pensando dessa forma, pensar na segurança como um dever de todos, não pode e não deve soar como um clichê ou banalização da ideia, mas sim como responsabilidade por parte de todos os envolvidos.

A sociedade enquanto comunidade participativa deve atuar na construção de melhores soluções para a pacificação social, ou seja, para garantir o direito a educação e a segurança pública de um grupo social.

No Brasil, após a nova Constituição ser criada em 1988, ocorreu um aumento na participação de autores para analisar as políticas, sendo então necessário criar novos canais onde estes pudessem ter voz, e assim, contribuírem para formar novas análises.

Desde então, a sociedade vive cercada pelo medo, tem sua liberdade cerceada, vive acuada em suas casas, bem como, nas ruas, onde está sempre acompanhada pela criminalidade e a violência, segmentos sociais que tem crescido vertiginosamente nos últimos tempos.

A predominante sensação de insegurança predominante na sociedade contemporânea tem se alimentado por diversos fatores, tais como, a participação intensiva da mídia e o distanciamento entre as pessoas.

O uso dos meios de comunicação tem acontecido de forma exagerada, no tocante a propagação dos acontecimentos sociais, relacionados com a criminalidade. Estes têm contribuído com o aumento da sensação de insegurança ao divulgarem os vários acontecimentos relacionados, ou seja, crimes cometidos por cidadãos

marginalizados, bem como, policiais no exercício de suas funções. Desta forma, a imprensa tanto falada como escrita tem se excedido ao mostrar os níveis de violência e criminalidade, pois, deixa o cidadão inseguro.

O distanciamento entre os cidadãos, como é chamado o rompimento das relações de comunicação, gerado pela constante desconfiança em relação ao outro. Este tem feito crescer uma sociedade que discrimina cada vez mais dividida, selecionando os indivíduos que dela participam. Desta forma, a sensação de insegurança entre os membros da sociedade tem aumentado instigada pela desconfiança.

A sensação de segurança deve estar intrínseca a real segurança pública, onde a participação da mídia, o nível de racismo e o elitismo social são deveres do estado para com a sociedade. A garantia da ordem fica a cargo da polícia de acordo com suas relações de comunicação e formação da sociedade em que está inserido.

Desta forma, Segurança Pública, é uma atividade da sociedade como um todo, onde a condição de cidadão compreende a possibilidade de ir e vir, possuir bens materiais, bem como, conviver com o outro. Sendo assim, Segurança Pública abrange a possibilidade de viver em sociedade, tendo seus direitos protegidos e garantidos, onde o objetivo do Estado é realizar tal finalidade.

O crime é inerente à convivência social, a sensação de insegurança pode ser reduzida, porém, não é possível que seja erradicada do meio social, pois a criminalidade se apresenta como um fenômeno social. Ou seja, se há sociedade, mesmo que em escala reduzida, há com certeza alguma ação criminal que ocorre.

Neste sentido FERRAJOLI (2002), afirma que o combate à criminalidade tem se apresentado de forma defasada, com a condição de não contemplar com efetividade, penas mais severas e maior número de policiais. O que enfatiza a necessidade de efetivar uma aliança mais sólida entre poder público e sociedade civil, determinando objetivos que devem ser alcançados, bem como dimensionando os riscos que os permeiam.

Segundo Silva (2002), apud Johan Galtung (1995), a prevenção se apresenta como a melhor estratégia no combate a criminalidade. Por esse caminho, consegue-se, em princípio distanciar o indivíduo da atual situação. Visto desta forma, as práticas para prevenir a criminalidade devem ser implantadas pelo poder público, sendo este o principal responsável pela garantia do bem estar do cidadão.

Sendo assim, a educação é sem dúvida nenhuma a grande responsável pelo afastamento do indivíduo da prática de crimes, o que por consequência inibe o aumento da criminalidade. O que se apresenta como um processo de socialização a partir das atividades rotineiras as quais cada indivíduo é exposto.

Com todo o exposto, é possível perceber que a escola exerce um papel fundamental na formação do indivíduo, partindo de seu conceito geral, até chegar ao ponto onde a proposta de criação e inserção de disciplina está diretamente relacionada com a segurança pública.

Pensando na educação como forma de prevenção da criminalidade, Veloso (2017), em sua obra, leva o leitor a entender o sistema escolar como responsável por influenciar o indivíduo a manter a ordem social, objetivando ainda esta como forte influencia na formação do caráter dos indivíduos participantes da sociedade.

Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), levam a análise de que o estado pode intervir positivamente, participando da educação de seus cidadãos, pois, ao estabelecer objetivos na formação de profissionais da área, possibilita a conscientização da sociedade em sua totalidade sobre suas responsabilidades com a segurança pública. A educação então se apresenta como crucial na formação do indivíduo e influencia diretamente sobre suas atitudes em relação ao outro, ou seja, influencia diretamente na sua convivência em sociedade. Pode-se então definir a educação como transformadora da realidade, pensando-a com cunho crítico e libertador, onde esteja intrínseca a possibilidade de mudança social.

Para conseguir o intento de mudança social, a educação deve ser pensada a nível de conscientização do indivíduo para com seus atos, ou seja, que este tenha a visão de que suas ações devem refletir diretamente para o bem da sociedade.

O ensino escolar então, deve ser adequado para com a realidade e as necessidades de cada ser participante da sociedade, onde a segurança pública encabeça a lista de necessidades prioritárias que interferem em todas as demais facetas de ordem social.

Ao pensar em políticas públicas como forma de influenciar na segurança pública, é preciso inicialmente entender realmente o que estas representam, ou seja, o que realmente significa políticas públicas. Para Vaitsman, Lobato e Andrade (2013), estas representam tudo que o poder executivo planeja e executa, de forma a satisfazer

o interesse público, buscando o bem comum, ou seja, decisões políticas que influenciam ou interferem na vida da sociedade. Porém, o resultado em muitos momentos pode ser muito mais amplo, se determinadas políticas públicas forem implementadas de forma eficiente.

Dupas (2011) determina que a grande vilã da segurança pública sem dúvida é a disparidade de renda entre os indivíduos de uma mesma sociedade. Desta forma, em outras palavras, a perpetuação do abismo social entre ricos e pobres também se efetiva, através da reprodução, pelas políticas de Estado, dos elementos inerentes à estrutura social mais ampla.

Em resumo, a educação está inserida em um contexto de estado capitalista, utilizada para reproduzir a realidade social, onde a escola recebe o papel de disseminar ideologias criadas pelo estado, onde o objetivo é formar cidadãos para a sociedade, ou seja, pessoas que na verdade excluem muitos dos que dela fazem parte. Sendo assim, não é possível pensar em políticas públicas sociais e educacionais separadas de segurança pública.

A educação como política pública, pensada como eficiente, depende do que dela é esperado, ou seja, o que lhe é pressuposto dentro de um determinado sistema. Assim, é possível considerar que sua tarefa seja promover igualdade, mesmo que esta esteja sendo ineficaz, visto os conflitos que as classes tem travado no seio do estado, na luta pela implementação de políticas sociais, de uma parte, e na assimilação dessas demandas e sua conversão para o interesse do capital, de outra. Assim, cabe a conclusão de que o esforço de igualdade dentro de um modelo social capitalista é vão, ou seja, a busca desenfreada por melhores condições de vida é sem duvida atitude que interpõe a necessidade de segurança, pois a desigualdade a permeia. A política do Estado, diretamente advinda do interesse do capital, sempre será convertida em favor da proteção de tal interesse.

## **CONCLUSÃO**

A igualdade se apresenta como premissa básica do Estado democrático, mas, esta não poderia promover o fim da desigualdade social, haja vista que esta é inerente da produção capitalista.

Com o intuito de minimizar a insegurança e o medo inerentes ao aumento da criminalidade, deve existir uma política de segurança pública que englobe todos que fazem parte de uma mesma sociedade, com o objetivo de criar uma política que diminua os elevados índices de criminalidade.

A criminalidade deve ser pensada a nível social, de forma a não estar diretamente ligada apenas ao estado, ou seja, não se pode falar em diminuição da criminalidade e sentimento de segurança sem a existência de uma sociedade solidária em que predomine a justiça social.

Ao analisar a proposta de implantação de alternativas de políticas públicas que combatam e diminuam a criminalidade, é possível enxergar a necessidade de formulação de análises, associadas ao estudo de gestão, como sinal da necessidade de constituição de um novo campo para contribuir na formação de profissionais com articulação de ideias em suporte a um discurso comum, ou seja, é necessário que haja profissionais que contribuam para que a sociedade enxergue a necessidade de prevenir a criminalidade e não combata-la após sua existência.

Sendo assim, para que haja segurança pública efetiva é necessário que a sociedade e seus governantes pensem nesta como algo a ser construído a partir de investimentos em educação e demais políticas sociais, de forma a pleitear a construção de uma sociedade onde a desigualdade social não gere um índice elevado de criminalidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias abriga a rever o mito do progresso. 3ª. Ed., São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2002.

GOLDEMBERG, José. **O repensar da educação no Brasil**. São Paulo, 1993, Estud. av. vol.7 no.18

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, G. A. e PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Editora FGV, 2000.

VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José M.; LOBATO, Lenaura (Ed.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013.

VELOSO, Alice Bessa. **Criminalidade no Canadá**, disponível em: <<https://www.canadaagora.com/alicinha/criminalidade-no-canada.html>>. Acesso em 26 Fev. de 2018.

SILVA, Jorge Vieira da. **A verdadeira paz**, desafio do estado democrático. São Paulo, 2002, Perspec. vol.16 n° 2.

SOUZA, Tatiana Y.; SILVA, Samuel C. Manual do curso Sinase. Módulo VI - socioeducação: **práticas e metodologias de atendimento em meio fechado**. Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública. Brasília: UNB, 2009.